

O futuro da ALBA*

The Future of ALBA

Vivian Marcelino dos Santos Lima¹
Renata de Melo Rosa²

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir a iniciativa de integração – Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – formada por países da América Latina com o intuito de alterar a lógica das relações de integração e cooperação e estabelecer uma ordem regional inspirada no Socialismo do Século XXI. Busca-se apresentar a iniciativa como instrumento político de transformação para, a partir disso e por meio da análise da forma como se desenvolveu e atuou, compreender a atual situação em que se encontra. Argumenta-se que as dificuldades enfrentadas pela Aliança Bolivariana devem-se à ausência da base de sustentação sólida da sociedade civil dos países-membros, o que faz com que o aprofundamento da revolução não consiga avançar no sentido de formar uma contra-hegemonia capaz de criar um novo bloco histórico nas relações regionais.

Palavras-chave: Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América. Integração. Socialismo. Revolução. Guerra de Posição. Hegemonia. Bloco Histórico. Sociedade Civil.

Abstract

This paper aims to study the initiative of integration - Bolivarian Alliance for the Americas - formed by the Latin American countries which wish to change the logic of the relations of integration and cooperation in the region and establish a regional order inspired by the Socialism of the XXI Century. This research seeks to present the initiative as a political device for transformation so that from this and through the analysis of how it developed and acted understand the current situation in which the Alliance finds itself. It is stated that the difficulties which the Bolivarian Alliance face are due to the absence of a solid base of support from the civil society in the member-countries, this makes impossible to building hegemony to be able to create a new historic block.

Keywords: Bolivarian Alliance for the Americas. Integration. Socialism. Civil Society.

* Artigo recebido em: 17/05/2013.

Artigo aprovado em 19/06/2013

¹ Bacharel em História pela Universidade de Brasília e Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília – UNICEUB. Email: vivian.marcelino@gmail.com

² Pós-Doutorado pela Université D'État D'Haïti. Coordenadora e Professora do curso de Relações Internacionais do UNICEUB. Editora da Revista Universitas: Relações Internacionais. Email: renata.rosa@uniceub.br

1 Introdução

Quando se considera que a relação entre os países está intimamente ligada à realidade interna destes, entende-se que o cenário internacional é o reflexo das configurações políticas domésticas e a correlação de forças entre os partidos políticos que se alternam no poder caso o ambiente político seja de natureza democrática. Durante a década de 1980 e 1990, quando os países da América Latina quase que de forma unânime adotaram o chamado “neoliberalismo” como modelo político-econômico a ser seguido, uma ideologia de contestação a esta visão começou a se fortalecer, o chamado socialismo do século XXI, o qual tinha como objetivo combinar socialismo e liberdade (DIETERICH; PETERS; STAMMER, 1998)

A crise orgânica que se instalou na região nesse começo de século levou à emergência de movimentos de contestação (BENZI, 2010). Nesse contexto, uma série de países adotou, de uma forma ou de outra, um processo transformador. Esses processos traduziram-se internacionalmente na vontade de transformação da lógica das relações entre os países e do sistema regional existente (MORALES MANZUR, 2007). A Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América, nessa linha, surgiu como dimensão internacional do momento de transformação potencial. Ela, como iniciativa de integração dos países de inspiração socialista, lançou-se à revolução no âmbito das relações internacionais.

Atualmente, no entanto, a Aliança Bolivariana encontra-se diante de um cenário de incertezas. Após alguns anos de ação, a iniciativa não tem conseguido avançar. O falecimento de seu principal defensor, o ex-presidente da Venezuela, Hugo Chávez, as dificuldades internas de seus membros, a forte oposição que enfrenta, a recente incorporação da Venezuela ao Mercosul, entre outros fatores, colocam em questão o futuro da Aliança.

2 A aliança Bolivariana para os povos da nossa América – a construção da iniciativa no contexto da América Latina

A virada do século na América Latina veio acompanhada por um movimento de alteração de paradigmas que permitiriam a ascensão de governos de esquerda em toda a região. Alguns dos fatores que podem ser apontados como responsáveis por gerar um sentimento de esgotamento do modelo existente e por abrir caminho, no seio da popula-

ção dos países latino-americanos, para a aceitação de um discurso que apresentava um modelo alternativo à ordem estabelecida são: a série de dificuldades causadas pelas sucessivas crises econômicas durante as décadas de 1980 e 1990; a identificação dos governos existentes, nessa época, com o chamado Consenso de Washington e com o neoliberalismo; o aumento da pobreza e do desemprego em muitos países e; o sentimento de não representatividade em relação aos governantes no poder (AYERBE, 2008, p. 9-10). Como afirma Luis Fernando Ayerbe:

A partir de meados dos anos 1990, sucessivas crises financeiras atingem diretamente as três maiores economias da América Latina, México, Brasil e Argentina, contribuindo para fortalecer politicamente os setores críticos das reformas liberalizantes associadas ao “Consenso de Washington”. No âmbito regional, ampliam-se os espaços para a eleição de presidentes com trajetórias de esquerda, embora de origens e posições diversas, como Hugo Chávez na Venezuela, Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, Néstor kirchner na Argentina, Tabaré Vasquez no Uruguai, Evo Morales na Bolívia, Michelle Bachelet no Chile, Rafael Correa no Equador e Daniel Ortega na Nicarágua (AYERBE, 2008, p. 265).

O início do século XXI assistiu, portanto, à emergência de forças políticas e movimentos sociais que combinavam a crítica ao modelo dominante com a proposta alternativa de construção de uma nova realidade (AYERBE, 2008, p. 9). Algumas das características comuns a essas forças políticas alternativas eram: a crítica ao modelo neoliberal, a defesa do protagonismo do Estado em relação ao mercado, a preocupação com a melhoria da condição de vida das populações pobres e com a equidade social, e, no âmbito internacional, a defesa da identidade regional, a preocupação com a afirmação da autonomia da região em relação às potências externas, mais especificamente em relação aos Estados Unidos da América, e a defesa do multilateralismo e da integração regional, excluindo o Canadá e os Estados Unidos (AYERBE, 2008, p. 9).

Nesse cenário, a Alternativa Bolivariana³ para as Américas colocou-se como alternativa tanto ao modelo de

³ Cabe, aqui, esclarecer o uso da denominação Alternativa Bolivariana, em contraste com Aliança Bolivariana. A Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América surge inicialmente com o nome Alternativa Bolivariana para as Américas. Apenas em 2006, com o ingresso da Bolívia ao acordo, adota-se o nome Aliança Bolivariana. Para seguir a cronologia do desenvolvimento deste acordo, optou-se por adotar a denominação de acordo com o ano em questão. Mais adiante neste trabalho, passar-se-á a utilizar a denominação Aliança Bolivariana.

integração dirigido pelos Estados Unidos da América – a proposta da ALCA –, quanto ao modelo tradicional de integração latino-americana fundamentado pela esfera econômica e propôs a construção de uma integração regional construído por afinidades políticas e ideológicas.

O surgimento da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América, como Alternativa Bolivariana, pode ser contemplado como parte do “processo de reconfiguração das relações regionais e internacionais e da economia mundial” (BENZI, 2010, p. 78). Ela formou-se, nessa linha, como projeto alternativo de integração daqueles países identificados com o chamado Socialismo do Século XXI (DIETERICH; PETERS; STAMMER, 1998) e esteve, desde o início, intimamente associada aos governos dos países que ensaiavam projetos de mudanças estruturais. Conforme coloca Daniela Benzi:

En su esencia, (a ALBA) es un proyecto connotado por un fuerte elemento ideológico y de ruptura – por lo menos así es de entender para los países mayormente comprometidos – pero inicialmente definido negativamente por el rechazo de las dos componentes que han caracterizado el orden internacional de los últimos veinte años: la unidad unipolar a guisa estadounidense y “la utopía del mercado total” propia del neoliberalismo (BENZI, 2010, p. 79)

Conforme as palavras de Hugo Chávez, ex-presidente da República Bolivariana da Venezuela e principal figura por trás da criação da Aliança Bolivariana:

[...] La batalla del ALCA, sin duda que la hemos ganado, pero ¡cuidado!, eso es sólo una batalla, eso es sólo una batalla de tantas batallas pendientes que nos quedan para toda la vida, ahora, decía que tenemos una doble tarea, enterrar el ALCA y el modelo económico, imperialista, capitalista por una parte, pero por la otra, a nosotros nos toca ser los parteros del nuevo tiempo, los parteros de la nueva historia, de la nueva integración, los parteros del ALBA, la Alternativa Bolivariana para los pueblos de Nuestra América, una verdadera integración liberadora, para la libertad, para la igualdad, para la justicia y para la paz.[...]. (CHÁVEZ FRIAS, 2005, p. 1)

2.1 A construção da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América

O projeto da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América surgiu a partir de um diálogo bilateral entre os então presidentes Fidel Castro, de Cuba, e Hugo Chávez, da Venezuela, e começou a delinear-se no ano de 2001, na ocasião da III Cúpula das Américas, realizada na cidade de Quebec, Canadá (MORALES MANZUR, 2007,

p. 55). Nesta ocasião, esses mandatários assinaram uma declaração colocando-se contrários à criação da Área de Livre Comércio das Américas, ALCA. Foi da oposição a este projeto, que surgiu a ideia de um modelo alternativo de integração, que seria a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA).⁴ Em dezembro desse mesmo ano, na III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Associação de Estados do Caribe, realizada na Ilha de Margarita, Venezuela, Hugo Chávez Frias apresentou a proposta de criação de uma integração, que abrangesse não apenas o âmbito econômico, mas também os âmbitos sociais, políticos e culturais dos povos da América Latina e Caribe – deliberadamente excluindo a América do Norte (MORALES MANZUR, 2007, p. 55).

Como modelo alternativo carregado de conteúdo revolucionário, a Alternativa Bolivariana propunha uma integração política e não econômica dos países da América Latina. Nas palavras de Hugo Chávez Frias:

Ese modelo neoliberal no puede ser la base ni el marco para nuestros modelos de integración. No puede ser, es imposible que nosotros pongamos por delante para integrarnos, a la economía. No es la economía la que nos va a integrar y menos nuestras economías llenas de debilidades, de vulnerabilidades. No. Creo que se impone de nuevo lo que pudiéramos llamar la revancha de la política, que la política vuelva a la carga y que tome la vanguardia de los procesos de integración (CHÁVEZ FRIAS, 2001, p. 2, grifo nosso).

Oficialmente, a ALBA foi criada em 14 de dezembro de 2004, durante um encontro realizado na cidade de Havana, Cuba, entre Hugo Chávez e Fidel Castro. Neste encontro foi assinada a Declaração Conjunta para a Criação da ALBA, e passou a ser conhecida como a 1a. Cúpula da, então, Alternativa Bolivariana. As primeiras considerações deste Acordo dizem respeito ao projeto da ALCA, a que a ALBA buscava substituir. Em oposição à Área de Livre Comércio, a iniciativa propunha criar uma integração baseada na solidariedade e na justiça social.

Conjuntamente à declaração de criação da Alternativa Bolivariana, foi assinado o Acordo entre o Presidente da República Bolivariana da Venezuela e o Presidente do Conselho de Estado de Cuba para a Aplicação

⁴ Inicialmente, utilizar-se-á o nome Alternativa Bolivariana. Na medida em que a denominação da iniciativa vá sendo alterado, passar-se-á a utilizar outras denominações – até chegar ao nome atual, Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América. Com isso, intenciona-se seguir o processo de alteração segundo a cronologia dos acontecimentos.

da Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA, 2004). Nesse documento, fazem-se amplamente presentes as ideias de “necessidades latino-americanas”, “cooperação”, “complementariedade”, “solidariedade”, “desenvolvimento” e “justiça” – que serviram de base para todos os acordos que se seguiram.

O Acordo de aplicação enumera as medidas que cada país se compromete a tomar. Entre elas estavam o comprometimento com a suspensão de taxas alfandegárias, a diminuição de impostos sobre investimentos, a concessão benefícios mútuos, etc. Outras medidas versavam sobre: (1) a cooperação energética - fornecimento de petróleo da Venezuela para Cuba; (2) a possibilidade de pagar bens e serviços importados de Cuba com produtos originários da Venezuela cotados na moeda nacional, eliminando a necessidade de moedas estrangeiras na transação; (3) cooperação no âmbito da educação e da saúde, com a criação de programas conjuntos, erradicação do analfabetismo e formação de quadros médicos; (4) possibilidade de criação de empresas binacionais. É interessante notar que mesmo os compromissos econômicos são guiados por um objetivo político, que é refundar a integração baseada em princípios socialistas (MORALES MANZUR, 2007).

Em abril de 2005, os Chefes de Estado dos dois países se reuniram, mais uma vez, durante a II Cúpula da ALBA (ALBA, 2005a). Nessa ocasião, foi assinado o Plano Estratégico previsto no Acordo para Aplicação da Alternativa Bolivariana. Este Plano foi formado por uma série de projetos, Acordos e medidas. Interessa notar que o Plano Estratégico inclui medidas para a divulgação da Alternativa Bolivariana em organismos e encontros internacionais, inclusive fora da América Latina. Em um dos pontos do documento lê-se:

Todos estos acuerdos incluyen acciones a desarrollar e iniciativas que contribuirán progresivamente a fortalecer el proceso de integración inspirada en el ALBA que llegará a constituirse en un ejemplo, al que aspiramos incorporar a la América Latina y Caribe. (ALBA, 2005b, p. 1)

O Plano Estratégico segue ecoando das palavras da Declaração Conjunta de criação da Alternativa Bolivariana, em que se lê que a ALBA não se guiará por interesses mercantilistas e pela ganância. A alternativa serviria ao ideal de união e integração latino-americana e à tarefa de construir uma barreira política ao imperialismo norte-americano (ALBA, 2005c).

Apenas dois meses depois, em junho de 2005, Venezuela, Cuba e outros 12 países do Caribe reuniram-se para assinar o documento de criação do acordo de cooperação energética, o Petrocaribe, no marco da Alternativa Bolivariana, cujo objetivo era contribuir para a transformação das sociedades latino-americanas e caribenhas, tornando-as mais justas, cultas, participativas e solidárias e que, por tanto, era concebido como um processo integral que promoveria a eliminação das desigualdades sociais, o aumento da qualidade de vida e a participação efetiva dos povos na determinação de seu destino (ALBA, 2005d), além de promover a solidariedade entre os países.

O acordo da Petrocaribe reconheceu a necessidade de adotar medidas diferenciadas para países de menor desenvolvimento relativo e determinou que todos os termos e condições dos convênios de financiamento aplicáveis se estabelecessem mediante acordos bilaterais (ALBA, 2005e). É interessante notar que a Petrocaribe justificou-se afirmando que, diante da ordem internacional injusta imposta pelos países ricos e desenvolvidos, os países do Caribe necessitavam contar com formas seguras de fornecimento energético, de modo que os preços não se tornassem obstáculo ao desenvolvimento. Desse modo, define a Petrocaribe como:

[...] órgano habilitador de políticas y planes energéticos, dirigido a la integración de los pueblos caribeños, mediante el uso soberano de los recursos naturales energéticos en beneficio directo de sus pueblos (ALBA, 2005f, p. 1).

Os Acordos energéticos mais especificados – que determinam as cotas de petróleo e combustível comercializado e as formas de pagamento – foram firmados bilateralmente, entre a República Bolivariana da Venezuela e os demais países signatários do acordo.

Dentro dos aspectos operacionais, a Petrocaribe passou a atuar mediante a criação de uma filial da Empresa Petróleos de Venezuela (PDVSA) denominada PDV Caribe. Acerca dos mecanismos de financiamento e compensações, o Acordo estabelece preços e condições de pagamento especiais para os países do bloco. Determina, ainda, que a Venezuela poderá aceitar bens e serviços como parte do pagamento. Resumidamente, a Petrocaribe foi um acordo de fornecimento de petróleo ou combustível aos países do Caribe subsidiado pela República Bolivariana da Venezuela. O acordo de criação da Petrocaribe foi acompanhado, ainda, da criação do Fundo ALBA-Caribe. Segundo o documento:

Para contribuir con el desarrollo económico y social de los países del Caribe, Petrocaribe dispondrá de un Fondo destinado al financiamiento de programas sociales y económicos, con aportes provenientes de instrumentos financieros y no financieros; contribuciones que se puedan acordar de la porción financiada de la factura petrolera y los ahorros producidos por el comercio directo.

Este Fondo se denominará ALBA-CARIBE.

Con el propósito de activar el Fondo ALBA CARIBE, la República Bolivariana de Venezuela aportará un capital inicial de Cincuenta Millones de Dólares (US\$50.000.000,00) (ALBA, 2005g, p. 1).

A criação da Petrocaribe e do Fundo ALBA-Caribe representou um primeiro movimento de expansão da Alternativa Bolivariana – até então restrita às relações entre Venezuela e Cuba. Deve-se notar o significativo apelo feito aos países do Caribe, muito pobres e altamente endividados, cujo ponto sensível de desenvolvimento é a segurança energética.

Em abril de 2006, a República da Bolívia – que mais adiante passará a se chamar Estado Plurinacional da Bolívia – se juntou à Alternativa Bolivariana, durante a III Cúpula da ALBA, e trouxe alterações ao Acordo original. A principal mudança foi a inclusão do Tratado de Comércio dos Povos na Alternativa Bolivariana.

Chama a atenção, nesse ponto, o fato de a Alternativa não possuir um Tratado que estabeleça o seu funcionamento, estrutura, organicidade, modo de adesão, etc. Até 2006, nenhum dos documentos estabelecia os requisitos para que um país aderisse à Alternativa ou a forma como essa adesão deveria ocorrer. Apenas apresentava um convite para que todos os países da América Latina se juntassem à iniciativa. Isso a dotava de grande flexibilidade, por um lado, e forte fragilidade institucional, por outro.

Os processos de adesão à Alternativa ocorreram de forma semelhante em todos os casos: primeiramente, o Chefe de Estado ou de Governo do país interessado em aderir à iniciativa encaminhou para o Conselho Permanente uma intenção de adesão, em que se comprometia com os princípios e objetivos da ALBA. Essa intenção de adesão foi seguida de sua oficialização durante uma cúpula. Logo, teve-se a assinatura de convênios de cooperação e Tratados – ratificados pelos respectivos Congressos Nacionais de cada país.

Dessa forma, a República da Bolívia aderiu à Alternativa Bolivariana, em abril de 2006, sem necessitar tramitar, nos órgãos legislativos do país, a ratificação de um Tratado. Posteriormente, o Congresso Nacional do país ratificou os acordos do Tratado de Comércio dos Povos e outros que se seguiram.⁵

Cabe lembrar que, em dezembro de 2005, Evo Morales ganhou as eleições na Bolívia. Formado nos quadros da Federação dos Produtores de Coca, chamados *cocaleiros* e eleito pelo partido *Movimiento al Socialismo - MAS*, Morales chegou à presidência propondo um programa radical de mudanças de inspiração socialista (DURAN GIL, 2008, p. 40). Morales, em diversas ocasiões, afirmou a necessidade de superar o capitalismo, responsável, segundo ele, pelas mazelas da humanidade. (EVO, 2008). Não causou estranheza, portanto, que uma das primeiras ações de seu mandato tenha sido subscrever a Bolívia à Alternativa Bolivariana.

No documento intitulado *Contribución y Suscripción de la República de Bolivia a la Declaración Conjunta Firmada en La Habana, el 14 de Diciembre de 2004, entre los Presidentes del Consejo de Estado de la República de Cuba y de la República Bolivariana de Venezuela*, lê-se:

Reconociendo que la aplicación de proyectos y políticas de carácter neoliberal ha conducido a la propagación y profundización de la dependencia, la pobreza, el saqueo de nuestros recursos naturales y la desigualdad social en nuestra región, [...], convencido de la necesidad de promover una verdadera integración solidaria complementaria y humana entre nuestros países y nuestros pueblos, en nombre del Gobierno de la República de Bolivia deseamos contribuir a este proceso con la iniciativa de los Tratados de Comercio entre los Pueblos haciendo nuestros los objetivos, principios y bases conceptuales de la Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (ALBA, 2006, p. 1).

Esta foi a primeira adesão à Alternativa Bolivariana depois de sua criação em 2004. O comunicado conjunto de adesão da Bolívia à Alternativa Bolivariana afirmou, mais uma vez, o descontentamento dos líderes emergentes da América Latina às políticas neoliberais e a

⁵ Existem diversas reportagens disponíveis online acerca da ratificação de acordos da ALBA pelo Senado Boliviano. Chama a atenção que essas reportagens referem-se apenas aos acordos cujo texto falam em tratado e ratificação, como é o caso dos acordos energéticos e da criação do Espaço Econômico da Aliança Bolivariana.

vontade política de integração solidária entre as Américas Latina e Caribenha. No comunicado, também constou a proposta da criação dos Tratados de Comércio entre os Povos (TCP), que seriam “instrumentos de intercâmbio solidário e complementar entre os países destinados a beneficiar aos povos em contraposição aos Tratados de Livre Comércio que buscam incrementar o poder e o domínio das transnacionais” (ALBA, 2006a, p. 1).

Em maio deste mesmo ano, foi assinado o novo acordo da Alternativa Bolivariana para as Américas juntamente com os Tratados de Comércio entre os Povos (TCP) entre a República de Cuba, a República Bolivariana da Venezuela e a República da Bolívia. A partir deste momento, a Alternativa Bolivariana passou a ser chamada, oficialmente, de Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP) (ALBA, 2006 b).

Como esse Acordo serviu de base para os seguintes e teve grande importância para o desenvolvimento da Alternativa Bolivariana, cabe analisá-lo. É interessante notar que, embora seja um Tratado de comércio, estão incluídas ações nas áreas da educação, da saúde, da cultura e da comunicação. O Artigo 11 do Acordo estabelece a criação da *Telesur*, um canal de televisão voltado para a produção de conteúdos informativos, culturais e educativos, com sede na Venezuela, mas com transmissão para toda a América Latina. O Artigo 4, por sua vez, versa sobre a necessidade de combater o analfabetismo e o Artigo 10 afirma o compromisso de desenvolver planos culturais conjuntos (ALBA, 2006c).

Nos acordos bilaterais, assinados entre Bolívia e Cuba e Bolívia e Venezuela, estabeleceram-se as medidas que cada país tomaria em relação ao outro. Na relação Cuba-Bolívia, foram estabelecidos Acordos na área da saúde – em que Cuba se comprometeu a prestar serviços médicos e de formação e capacitação na área da saúde à Bolívia. Cuba se comprometeu, ainda, a fornecer material e pessoal para o programa de erradicação do analfabetismo na Bolívia. Em troca, a Bolívia se comprometeu a exportar produtos minerais, produtos agrícolas, agroindustriais, pecuários e industriais em troca dos serviços cubanos, além da promessa de realização de investimentos conjuntos e exportação do excedente da produção de hidrocarbonetos.

Na relação Bolívia-Venezuela, estabeleceu-se a cooperação na área energética para o fortalecimento da

indústria de hidrocarbonetos na Bolívia. Ficou acordado que o saldo da fatura energética poderia ser compensado com produtos bolivianos. Os catorze Artigos que determinam as responsabilidades da Venezuela em relação à Bolívia estabeleceram uma série de medidas em benefício da última, entre elas a criação de um fundo de 100 milhões para o financiamento de projetos produtivos e de infraestrutura em favor do país, além da doação, por parte da Venezuela, de 30 milhões para a utilização em projetos sociais e produtivos na Bolívia. Em troca, a Bolívia, novamente, comprometeu-se a exportar produtos minerais, agrícolas, agroindustriais, pecuários e industriais, a realizar investimentos conjuntos e a exportar o excedente da produção de hidrocarbonetos.

Ambos os países, Venezuela e Cuba, comprometeram-se, ainda, a comprar as quantidades de produtos da cadeia de oleaginosa e outros produtos agrícolas e industriais exportados pela Bolívia que pudessem ficar sem mercado devido à aplicação de Tratados de Livre Comércio promovidos pelos governos dos Estados Unidos e Europa.

Esse Acordo foi um importante marco para a Alternativa Bolivariana. Mais enxuto que os anteriores, ele estabeleceu medidas simples e de rápida aplicação que garantiriam o acesso da Bolívia aos mercados cubano e venezuelano, a criação de investimentos conjuntos e a cooperação na área energética e nas áreas da saúde e educação.

No dia 11 de janeiro de 2007, houve, durante a IV Cúpula da ALBA, a adesão da Nicarágua à Alternativa Bolivariana. Em março, o Congresso do país aprovou os convênios de cooperação assinados nessa ocasião (EL NUEVO DIARIO, 2007). No ano de 2006, Daniel Ortega, conhecido líder da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), venceu as eleições no país. Depois de mais de 15 anos de governos de inclinação liberal, a Nicarágua voltou a ter um governo de inspiração socialista chefiado por um ex-guerrilheiro treinado em Cuba. Nessa linha, a adesão da Nicarágua, que voltava a caminhar nos trilhos da Revolução Sandinista, era compreensível. Mesmo assim, a adesão foi criticada pelos partidos de oposição (EL NUEVO DIARIO, 2007).

A relação de Ortega com a ALBA começou a ocorrer antes mesmo de a adesão da Nicarágua ser concretizada. Em 2006, Daniel Ortega, então candidato à presidência, havia buscado o então presidente Hugo Chávez para tratar da possibilidade realizar cooperação energética.

Nessa ocasião, estabeleceu-se o fornecimento de combustível para o funcionamento das plantas de geração de energia na Nicarágua – Acordo assinado entre a *Asociación de Alcaldes de Nicaragua* e a PDVSA da Venezuela que criou a empresa ALBA Petróleos de Nicarágua (EL NUEVO DIARIO, 2006).

É interessante notar que, embora a linguagem revolucionária perpassasse quase todos os documentos da Alternativa Bolivariana, pela primeira vez, o termo “socialismo” apareceu em um deles. No documento de adesão da Nicarágua, lê-se:

El ALBA nace como iniciativa socialista contraria al ALCA.

En un acto de suma importancia para el desarrollo futuro y la integración regional, Nicaragua ingresa de manera oficial como cuarto miembro permanente a la Alternativa Bolivariana para Nuestra América, instancia de cooperación, asistencia e intercambios solidarios que adelantan Bolivia, Cuba y Venezuela, como propuesta endógena dirigida a la consolidación de una integración verdadera en el continente (ALBA, 2007a, p.1).

Na V Cúpula da ALBA, realizada no dia 29 de abril de 2007, além da presença da Nicarágua que se juntava à Alternativa Bolivariana, tem-se também a presença de representantes de outros seis países na condição de convidados especiais e observadores. Estavam presentes representantes da República do Haiti, República do Equador, República de Dominica, Federação de São Cristóvão e Névis, de São Cristóvão e Granadinas e da República Oriental do Uruguai – alguns dos quais, mais tarde, viriam a aderir à ALBA (ALBA, 2007b).

O acordo sobre *Proyectos Grannacionales*, assinados nessa ocasião, consistiu na intenção de criação de uma série de projetos conjuntos a serem realizados pelos países membros da Alternativa Bolivariana com o intuito de fortalecer a integração latino-americana de inspiração bolivariana. Embora os Acordos anteriores da ALBA fizessem referência à criação de projetos binacionais/trinacionais, mistos, cooperativos, de administração conjunta, etc., não fica claro, nesse momento, o que seriam exatamente esses chamados projetos *grannacionales*. Uma definição mais exata seria desenvolvida durante a VI Cúpula da ALBA.

Em relação ao petróleo, o Acordo Energético da ALBA concedeu aos países-membros a exploração do petróleo de uma parte da Faixa do Orinoco na Venezuela

– aproximadamente 10 bilhões de barris (ALBA, 2008a) – por meio da criação de uma empresa conjunta denominada PetroALBA (ALBA, 2008a). Esse Acordo demonstrou, mais uma vez, o papel central da cooperação energética na cooperação no âmbito da ALBA.

Neste documento, aparece pela primeira vez a palavra “Tratado”. De fato, pela primeira vez, um Acordo da Alternativa Bolivariana estipula claramente seus objetivos, mecanismos de ação, estrutura, solução de controvérsias, depositário, forma de adesão, de ratificação e de término.

Ainda, por ocasião da V Cúpula da ALBA, foram realizados acordos bilaterais e trilaterais entre: (1) a República Bolivariana da Venezuela e a República de Dominica, que, meses antes, assinaram acordos de cooperação na área social, econômica e educacional; (2) entre a República Bolivariana da Venezuela e a República do Haiti e entre estes e a República de Cuba. Estes Acordos representaram uma face interessante da Alternativa Bolivariana: a realização de acordos bilaterais com países não membros – condizente com a ideia de expansão dos ideais da ALBA na região, para a alteração da lógica das relações de cooperação entre os países da América Latina.

No caso do Haiti, deve-se notar que esses Acordos foram anteriores ao terremoto de 2010. Em um dos Acordos, bilateral entre Venezuela e Haiti, as partes estabelecem o fornecimento de petróleo e combustível em condições especiais do primeiro para o último.

Em janeiro de 2008, ocorreu a VI Cúpula da Alternativa Bolivariana. Nela, discutiram-se nove questões em especial. Primeiramente, deu-se continuidade aos chamados *Proyectos Grannacionales* com a assinatura do documento intitulado *Conceptualización de Proyectos y Empresas Grannacionales en el marco del ALBA*. Segundo, o discurso de abertura da Cúpula, proferido por Hugo Chávez Frias, tratava de definir o conceito do projeto de empresas bilaterais, trilaterais e multilaterais destinadas a dar nova vida econômica e produtiva à região para satisfazer as necessidades dos povos latino-americanos (ALBA, 2008a).

A VI cúpula serviu, também, para apresentar uma Declaração de apoio ao processo de mudanças por que passava a Bolívia. Segundo as palavras de Hugo Chávez Frias, este era um tema de grande importância, pois se tratava de demonstrar o apoio mútuo àqueles que se

declaravam “alternativos” em oposição ao “império” (ALBA, 2008a).

Cabe lembrar, que, desde 2006, o Presidente Evo Morales vinha implantando políticas de cunho socialista no país e enfrentava grande oposição interna (DURAN GIL, 2008, p. 39-40). Pouco após assumir a presidência, Morales criou uma Assembleia Constituinte com a proposta de transformar a Bolívia em um Estado Social Plurinacional de Direito e comunitário, “com autonomia para níveis distintos, fundamentado na pluralidade de todas as ordens, com reconhecimento de autogoverno, domínio ancestral e justiça indígena em seus territórios; com ênfase no controle do Estado sobre os recursos naturais, sua exploração e industrialização” (SCHAVELZON, 2010, p. vi). Os debates foram entre 2006 e 2007 e em dezembro deste ano foi aprovada a nova constituição. Todo esse período foi acompanhado de tensões internas na Bolívia, inclusive com a ocorrência de conflitos de rua marcados pela violência (PARRA-BERNAL, 2007).

Outro ponto trabalhado durante a VI Cúpula da ALBA foi a criação do Banco ALBA. Este foi criado para ser um mecanismo de rompimento com o capitalismo e um instrumento político para o desenvolvimento social e econômico (ALBA, 2007b). Segundo afirmou Chávez, este Banco serviria às reservas internacionais latino-americanas. Era preciso trazê-las de volta para a região em vez de deixá-las investidas no norte, pois estariam financiando o império. Seria preciso, pois, criar um sistema latino-americano de reservas (ALBA, 2007b).

É importante notar que, no começo de 2008, estourou a crise estadunidense dos créditos *subprime*. Chávez faz referência a esse fato ao assinalar a seriedade da crise e a capacidade latino-americana de se “salvar sozinha”. Chávez discursou, ainda, sobre o socialismo na ALBA. Segundo o então presidente da Venezuela, a Alternativa proclamava o novo socialismo, indoamericano e caribenhinho, como o caminho a ser seguido, a partir dos exemplos dos processos venezuelano e cubano (ALBA, 2007b). Nessa cúpula foi assinado, também, o documento de adesão da República de Dominica à Alternativa Bolivariana.

Nota-se, nesse ponto, a relação da ALBA com a conjuntura que se apresentava. Nota-se, também, uma expansão da Alternativa Bolivariana. Além disso, tem-se uma maior organização e um maior nível de institucionalização da Alternativa Bolivariana. Em 2008, a ALBA

passou a trabalhar com mais países do Caribe, além de já contar com Bolívia e Nicarágua como países-membros⁶. Politicamente, vê-se a atuação da Alternativa Bolivariana na defesa dos projetos de mudanças progressistas na região e na denúncia da interferência externa e do imperialismo (ALBA, 2007b). Vê-se, também, no decorrer do ano de 2007 e começo de 2008, uma maior presença da Alternativa Bolivariana, ou pelo menos da alusão a ela, nos fóruns e encontros regionais.

Em relação à VI Cúpula da ALBA, é interessante notar, ainda, nos discursos de abertura e de encerramento e na declaração política, a defesa do aprofundamento da ALBA. Nesses três documentos, está presente a ideia de que a Alternativa Bolivariana é um “conceito, um espaço geopolítico, geoeconômico, social, cultural, ideológico, que está em construção” (ALBA, 2008b, p. 1) e que “a pesar das forças contrárias, a ALBA segue consolidando-se e segue crescendo” (ALBA, 2008b, p. 1). Segundo Chávez, na medida em que os povos e governos vissem resultados, mais entusiasmo geraria o projeto alternativo (ALBA, 2008b). Principalmente, os discursos de Chávez falam da necessidade de se superar o capitalismo, e suas mazelas, por meio do socialismo latino-americano.

O documento de encerramento da VI Cúpula da Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América apresentou, por fim, o Tratado de Segurança Alimentar da ALBA. Cabe lembrar que, em 2008, a Venezuela já enfrentava crises de desabastecimento de alimentos. A escassez de produtos básicos, como açúcar, ovos, carne bovina e de frango, havia aumentado substancialmente durante o ano de 2007 (FOLHA, 2008) e o governo do país buscava a integração latino-americana como fonte alternativa para a obtenção desses itens essenciais.

De janeiro de 2008 a junho de 2009, foram realizadas sete cúpulas extraordinárias da Alternativa Bolivariana para responder à conjuntura que se apresentava. Nestas sete cúpulas extraordinárias, tem-se: (1) a assinatura da Declaração de apoio à República da Bolívia e do Acordo de implementação de programas de cooperação na área da soberania alimentar; (2) a adesão da República de Honduras à Alternativa Bolivariana; (3) a Declaração conjunta de cooperação entre os países da ALBA e a re-

⁶ Um reflexo disso são as participações, como observadores, de países latino-americanos nas cúpulas da Aliança Bolivariana.

cém incorporada República de Honduras; (4) o Acordo sobre soberania e segurança alimentar dos países-membros da Petrocaribe e da ALBA e o Acordo para a criação de uma gran-nacional de alimentos; (5) a apresentação de uma Declaração conjunta dos países da Alternativa Bolivariana em resposta ao documento preliminar da V Cúpula das Américas e a adesão da República de São Vicente; (6) a adesão da República do Equador e da República de Antígua e Barbuda à Alternativa Bolivariana; (7) a proclamação do Conselho presidencial acerca da situação de crise na República de Honduras.

Foi, ainda, durante esse período – mais especificamente durante a VI Cúpula Extraordinária da ALBA – que a mudança de nome, de Alternativa para Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América, é sugerida por Hugo Chávez Frias.

Nessa época, a Alternativa Bolivariana estava envolvida por disputas e conflitos internos. Na Venezuela, após ser reeleito em 2007, Chávez prometeu aprofundar a revolução, o que fortaleceu a polarização política no país. O governo, que já enfrentava forte oposição, foi derrotado no referendo para a aprovação da reforma constitucional que daria direito aos presidentes à reeleição sem limites de mandatos. A oposição acusava Chávez, ainda, de estar dando a riqueza nacional “de presente” aos países integrantes da ALBA como parte de sua política ideológica (LANGUE, 2006, p. 128). Na Bolívia, protestos e conflitos seguiam ocorrendo em decorrência das medidas tomadas pelo governo de Evo Morales. Na Nicarágua, após a eleição de Daniel Ortega, viu-se o acirramento das disputas internas. Em novembro de 2008, após a realização de eleições municipais que deram ampla vitória à Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), houve uma série de protestos violentos. A Nicarágua enfrentava, então, uma das maiores crises-políticas desde a década de 1990 – quando o Partido Liberal venceu a Frente Sandinista (IDOETA, 2008).

Por toda a América Latina, a ascensão dos novos governos de esquerda foi acompanhada por forte oposição interna e por polêmicas internacionais (AYERBE, 2008, p. 9-11). Regionalmente, a ALBA cada vez mais assumiu o discurso revolucionário em defesa destes novos governos. Os Chefes dos Estados-membros da Alternativa Bolivariana denunciaram as interferências externas e a ação do “Império” em planos de desestabilização de

seus governos.⁷ Nesse cenário conflituoso, a Alternativa Bolivariana vertia-se em uma articulação ideológica dos governos de esquerda mais radical e, dessa forma, estava envolvida na polarização. As forças de oposição aos governos de esquerda se dedicavam a denunciar a Alternativa Bolivariana como instrumento de doutrinação e interferência de Cuba e de Hugo Chávez na América Latina. Afirmavam, ainda, que a ALBA utilizava os chamados petrodólares da Venezuela para seduzir os países mais pobres e frágeis da região (LANGUE, 2006, p. 133).

A terceira cúpula extraordinária da ALBA ocorreu por motivo da adesão da República de Honduras. A participação de Honduras na Alternativa Bolivariana representa um caso especial, pois logo após a adesão à iniciativa, o presidente Zelaya sofreu um golpe de Estado que o tirou do poder.

O documento de adesão (ALBA, 2008a) e a Declaração conjunta dos Chefes de Estado dos países-membros da ALBA (ALBA, 2008b) foram assinados no dia 27 de agosto de 2008. Nota-se que a entrada de Honduras se deu com a ideia de cooperação, prioritariamente, na área social e de combate à fome. Os pontos acordados centravam-se nas áreas da saúde, educação, moradia, infraestrutura e desenvolvimento social, incluindo a questão da segurança alimentar. O documento fala de uma integração exitosa à economia mundial e não toca na questão revolucionária. A ALBA seria mais uma iniciativa de integração a se somar ao esforço de melhorar a situação da região e a adesão de Honduras não excluiria os demais compromissos assumidos pelo país – que já tinha Tratados de Livre Comércio com os Estados Unidos.

Em relação a essas primeiras cúpulas extraordinárias, outro ponto é interessante. Na declaração conjunta da III Cúpula Extraordinária, do dia 26 de novembro de 2008, aparece como plano futuro a criação de uma zona econômica e monetária da Alternativa Bolivariana, que

⁷ As declarações políticas das Cúpulas e os discursos de abertura e encerramento dessas passaram a fazer referência aos conflitos internos dos países, constantemente condenando o papel do império nesse cenário. Em contrapartida, defendiam a Aliança Bolivariana como a verdadeira integração latino-americana. Todos esses documentos encontram-se disponíveis na página eletrônica da Aliança Bolivariana em: <<http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=2097>> Acesso em: 01 maio 2013. Além disso, existem muitas reportagens disponíveis online acerca dessa questão.

se constituiria em um espaço livre das instituições financeiras internacionais e do monopólio do dólar como moeda de intercâmbio e reserva. Buscava-se, portanto, criar uma unidade de conta comum da ALBA, que se chamaria SUCRE (*Sistema Unitario de Compensación Regional*) (ALBA, 2008b). A criação dessa zona monetária seria acompanhada do estabelecimento de um Fundo de Estabilização e Reservas com aportes dos países-membros (ALBA, 2008b). O estabelecimento desse projeto esteve em consonância com a preocupação com a crise financeira internacional e com a denúncia, por parte da Alternativa Bolivariana, da inoperância do sistema financeiro capitalista (ALBA, 2008b). Intencionava-se, dessa forma – mais uma vez –, dar uma resposta alternativa e original da região à conjuntura internacional de crise.

A declaração final dessa Cúpula chamou atenção “para los cambios revolucionarios y progresistas que tienen lugar en América Latina y el Caribe con espíritu antimperialista, fruto de los amplios movimientos sociales a favor de la justicia y en rechazo a los modelos económicos y políticos dependientes y excluyentes que han promovido la desigualdad y la inequidad” (ALBA, 2009a, p. 1) e condenou a interferência externa no processo democrático eleitoral por que passava a Nicarágua.

Durante a V Cúpula Extraordinária da ALBA, deu-se o lançamento oficial do projeto do SUCRE como “*nueva moneda del sur*” (ALBA, 2009a) e a adesão, como membro-pleno, da República de São Vicente e Granadinas à Alternativa Bolivariana. Essa Cúpula contou com a presença do então presidente do Paraguai, Fernando Lugo, e de um representante do Equador, na qualidade de observadores convidados. Lugo, conhecido militante da esquerda paraguaia, havia sido eleito em 2008. Segundo a Declaração da V Cúpula Extraordinária da ALBA, isso demonstrava o desejo da maioria do povo paraguaio de mudança política, econômica e social no país (ALBA, 2009a). No Equador, Rafael Correa, havia tomado posse em janeiro de 2007. Desde a campanha eleitoral de 2006, Correa demonstrou sua admiração pelas ideias de Hugo Chávez e afirmou seu compromisso com a luta revolucionária cidadã, que afirmava ser consistente com a mudança radical, profunda e rápida do sistema político, econômico e social vigente (DURAN GIL, 2008, p. 70-71).

Por fim, a V Cúpula Extraordinária apresentou o Documento dos Países da ALBA para a V Cúpula das Américas. A redação desse documento foi construída

com o intuito de que os países-membros da iniciativa tivessem uma atuação conjunta. A declaração da Alternativa Bolivariana considerava que o documento preliminar da Cúpula não dava uma resposta efetiva à crise internacional e excluía Cuba injustamente (ALBA, 2009a). Em contraposição, propunha uma série de tópicos para debate, entre eles: as crises causadas pelo capitalismo; a integração regional baseada na experiência da ALBA; o bloqueio à Cuba; a injustiça do sistema internacional dominado pelos países desenvolvidos e a interferência externa na região (ALBA, 2009a). Esse documento possui uma importância particular, pois demonstra a articulação política da Alternativa Bolivariana e sua estratégia combativa. A movimentação da ALBA mostrou-se, de certa forma, efetiva, visto que o documento final da V Cúpula das Américas não foi aceito por falta de consenso e tendo em vista que o principal tema desta Cúpula acabou sendo o fim do embargo a Cuba (PONTES QUINZENAL, 2009).

A VI Cúpula Extraordinária da Alternativa Bolivariana se dedicou à efetivação da adesão de São Vicente e Granadina à iniciativa e às adesões da República do Equador e de Antígua e Barbuda. A adesão do Equador foi a última do ciclo de surgimento de novos governos de esquerda na América Latina. Em 2008, Rafael Correa logrou aprovar a nova constituição do país e, em 2009, foi reeleito presidente pelas novas leis estabelecidas. Assim, em junho de 2009 realizou a adesão do Equador à Alternativa Bolivariana – o país já era observador da ALBA –, o que fez aumentar o peso da iniciativa na região.

Por fim, a VII Cúpula Extraordinária da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América tratou do golpe de Estado sofrido pelo então presidente de Honduras – país-membro da ALBA à época –, Manuel Zelaya. Em resposta ao golpe de Estado, a Aliança Bolivariana suspendeu a participação de Honduras na Petrocaribe com a justificativa de que os capitais do Acordo não poderiam financiar o governo golpista. Na Declaração Especial sobre Honduras em Apoio ao seu Governo Legítimo, foram estabelecidos compromissos da ALBA para a restituição do governo de Zelaya, entre eles o compromisso de colocar na agenda dos organismos internacionais a denúncia de golpe de Estado em Honduras (ALBA, 2009c).

De dezembro de 2009 a fevereiro de 2012, houve pouca movimentação da Alternativa Bolivariana. Foram realizadas mais três cúpulas de Chefes de Estado, mas sem grandes novidades. Um ponto de interesse é o de

que, em dezembro de 2009, durante a VIII Cúpula, foi formalizada a estrutura da ALBA.

Algumas declarações oficiais também foram emitidas na ocasião da VIII Cúpula. Chamamos a atenção para Declaração acerca da tentativa de golpe de Estado no Equador, sofrida pelo presidente Rafael Correa, em novembro de 2010 (ALBA, 2010) e sobre os acontecimentos no mundo árabe em setembro de 2011 – mais especificamente em relação à Líbia e à Síria (ALBA, 2011). Estas últimas geraram grande polêmica regional e internacional pelo fato de a ALBA apoiar os argumentos russos acerca da ilegalidade da atuação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), por não ser um Estado membro das Nações Unidas, na zona de exclusão aérea (*no fly zone*) do território líbio, aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas sob a Resolução 1.973/2001. A ALBA também manifestou apoio e solidariedade aos governos de Muamar Gadafi, da Líbia e de Bashar Al-Asad, da Síria (ALBA, 2011).

A XI Cúpula da Aliança Bolivariana, realizada em Caracas durante os dias 04 e 05 de fevereiro de 2012, por sua vez, abordou novas questões. Primeiramente, Haiti, Santa Lúcia e Suriname se juntaram à ALBA como membros especiais convidados. Avançou-se na criação de uma zona monetária da ALBA com a assinatura do Acordo de SUCRE – após anos de preparação – e com a assinatura do Acordo de Criação do Espaço Econômico da ALBA-TCP (ECOALBA-TCP). Ocorreu o primeiro Encontro ALBA-TPC dos Movimentos e Partidos Políticos Progressistas e Revolucionários – em consonância com a ideia de que a ALBA não obedeceria à lógica estatocêntrica que domina a estrutura dos organismos internacionais e incluiria todas as forças progressistas da região⁸. Instituiu-se um Acordo de cooperação entre a iniciativa bolivariana e o Haiti em resposta às dificuldades enfrentadas pelo país após o terremoto de 2010. Além disso, foi assinada uma série de comunicados conjuntos⁹, os quais foram os últimos Acordos e Declarações da Aliança Bolivariana.

⁸ Esse documento parece indicar a percepção dos líderes da Aliança Bolivariana de que esta precisava de fontes mais sólidas de sustentação e buscou envolver os partidos e movimentos sociais na iniciativa.

⁹ Chama a atenção o Comunicado acerca da disputa pelas Ilhas Malvinas, em que os países da Aliança Bolivariana afirmaram seu apoio à demanda argentina e condenaram a presença inglesa nas ilhas.

3 O Futuro da ALBA

A Aliança Bolivariana vive, ao longo dos últimos três anos, um momento de incerteza. Em primeiro lugar, os convênios assinados no âmbito da Aliança Bolivariana foram desenvolvidos principalmente entre Venezuela, Cuba, Nicarágua e Bolívia e Equador. Nos demais países-membros – países pequenos e pobres do Caribe – os acordos energéticos foram quase que exclusivamente os que tiveram efetividade.

O peso maior dos cinco países citados pode ser compreendido pela existência de um processo de internalização das ideias socialistas, mais ou menos estabelecido. Em Cuba, a Revolução se instaurou desde 1959. Na Nicarágua, a Frente de Sandinista de Libertação Nacional atua no país desde a década de 1970. Embora o Partido Nacional tenha governado durante toda a década de 1990, as diretrizes socialistas já eram conhecidas pela população do país, que já havia passado por um movimento revolucionário. Na Venezuela, ainda que a revolução seja mais recente e haja uma ampla polarização interna, há uma contra-hegemonia formada, que vem, desde 1998, buscando construir uma nova hegemonia no país. Por outro lado, a liderança desse país na Aliança Bolivariana fez com que os convênios assinados estivessem amplamente a ele associados.

No Equador, Rafael Correa, que esperou ser reeleito e ter seu programa de inspiração socialista reafirmado antes de aderir definitivamente à iniciativa, tem obtido altos índices de aceitação com sua revolução cidadã. Já na Bolívia, Evo Morales, embora tendo que lidar com forte oposição ao seu governo, estava, na época, na liderança de uma revolução multiétnica e multicultural que canalizou os desejos de grande parte da população, de maioria indígena, do país.

De fato, é muito difícil encontrar fontes que apresentem, numericamente, a efetividade e as conquistas dos convênios assinados. Acerca dos programas de saúde e educação, têm-se, na antiga página eletrônica da ALBA-TPC, dados que contabilizam o número de pessoas beneficiadas até o ano 2009. Segundo essa fonte, mais de três milhões e meio de pessoas foram alfabetizadas no âmbito dos convênios da ALBA. Destas, um milhão e meio eram cidadãos venezuelanos, 800 mil da Bolívia, 500 mil da Nicarágua e outros

800 mil eram do Equador¹⁰. Ainda segundo esta antiga fonte, na área de saúde, 1.889.808 pessoas foram atendidas pelo programa de cirurgia para o tratamento da catarata. Dessas, mais de 1.100.000 eram da Venezuela, seguidas de 538.000 da Bolívia¹¹. Não se encontra, além destes, muitos dados acerca da consolidação dos Acordos assinados. No entanto, uma consolidação que permanece até os dias atuais é a rede de TV TeleSur, cuja criação foi estabelecida no âmbito da ALBA e sob responsabilidade unilateral da Venezuela.

Tampouco se tem muitas informações e dados numéricos acerca da consolidação dos convênios assinados na área econômica. Uma reportagem de 2010, publicada em um jornal venezuelano e republicada no portal do Banco ALBA, apontou o aumento do comércio entre os países da Aliança Bolivariana nos anos de 2004 a 2010. Segundo essa fonte, o Produto Interno Bruto do grupo em 2010 era de 465 bilhões de dólares. Desde 2004, entre os países-membros, havia-se negociado cerca de 22 bilhões de dólares (CORREO DEL ORINOCO, 2011).

Em relação ao crescimento do comércio ao longo dos anos, a reportagem afirma que a Venezuela aumentou o seu comércio com o Equador de 0,9% para 2,6% do total de suas importações, e em relação à Cuba esse aumento foi de 0,1% para 0,8%. Com a Nicarágua, o aumento foi de 0,1% a 0,14% e com a Bolívia foi de 1% para 1,3%. Assim, em 2004, 2,1% das importações venezuelanas eram provenientes de países da ALBA e, em 2010, essa porcentagem passou para 4,9%¹².

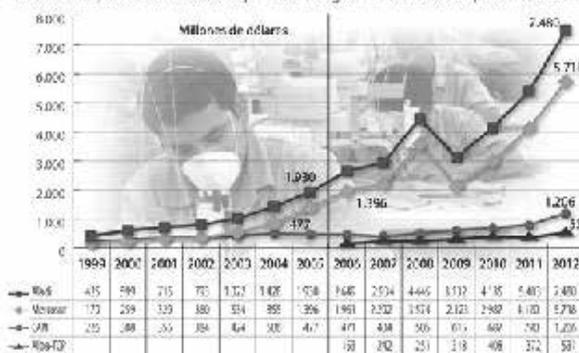
Outra reportagem, publicada pelo Correo del Orinico, da Venezuela, indica que o SUCRE também alcançou certo sucesso e fez aumentar o comércio entre os países da Aliança Bolivariana: em 2012, comercializou-se o equivalente a 700 milhões de dólares com a moeda da

iniciativa, tendo o comércio entre os países-membros passado de 11% a 17% (SANZ, 2012).

No entanto, o peso do comércio entre os países da Aliança Bolivariana ainda representa uma proporção muito pequena do total do comércio dos países-membros. No caso da Venezuela, esse comércio representa menos do que 5 % do comércio do país. A Bolívia, não obstante o incremento do comércio com os países da iniciativa, ainda exporta 11 vezes mais para países do Mercosul do que para os países da Aliança Bolivariana (VASQUEZ, 2013). O infográfico abaixo apresenta a evolução do comércio da Bolívia nos últimos anos:

Evolución del valor de las exportaciones de Bolivia

Las ventas de productos bolivianos a países de la región se orientan a bloques comerciales.



Fonte: La Razón - Economía

Os países-membros da Aliança Bolivariana têm tido dificuldades, ainda, na utilização do SUCRE, principalmente porque grande parte do setor privado desses países não tem interesse em utilizar a nova moeda e segue comercializando em dólares (PORTAL TERRA, 2012). Outro motivo por que o Sucre tem tido pouca utilização é o fato de, contraditoriamente, os Acordos Energéticos da ALBA e da Petrocaribe não permitirem a utilização dessa forma de pagamento (PORTAL TERRA, 2012). Os Acordos nas áreas de complementariedade produtiva também tiveram pouca efetividade (muitos acordos não saíram ainda do papel) e nossa pesquisa não conseguiu encontrar dados acerca das ações das *empresas grannacionales* criadas pela Aliança Bolivariana. Sabe-se que, em relação à segurança alimentar, área prioritária da ALBA, houve um aumento do comércio de alimentos e produtos primários entre os países-membros, mas isso se deu, majoritariamente, devido ao mecanismo de compensação dos Acordos Energéticos que permitiram que parte do saldo devedor dos países fosse pago com produtos produzidos pelos países-membros (CARMO, 2013, p. 1-2).

¹⁰ ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMÉRICA. Estadísticas del ALBA-TPC. Alfabetización. Disponível em: <<http://www.alba-tcp.org/public/images/Estadistica/Alfabetizacion.jpg>>. Acesso em: 01 maio 2013.

¹¹ ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMÉRICA. Estadísticas del ALBA-TPC. Misión Milagro. Disponível em: <<http://www.alba-tcp.org/public/images/Estadistica/Misionmilagro.jpg>>. Acesso em: 01 maio 2013.

¹² ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMÉRICA. Estadísticas del ALBA-TPC. Misión Milagro. Disponível em: <<http://www.alba-tcp.org/public/images/Estadistica/Misionmilagro.jpg>>. Acesso em: 01 maio 2013.

As dificuldades de consolidação dos Convênios e Acordos demonstram que a Aliança Bolivariana não conseguiu internalizar na sociedade civil de seus respectivos países as diretrizes de ação e a proposta política da iniciativa regional. A efetivação de Acordos internacionais pressupõe consenso entre as partes envolvidas, em especial se o outro lado envolvido representar o setor produtivo, o qual foi isolado ou sofreu repressão por parte dos governos filiados à ALBA, minimizando as chances de construção de um caminho harmônico do escoamento da produção, refletido no baixo crescimento do comércio entre os países do bloco.

Outro sinal da dificuldade de internalização da Aliança Bolivariana no âmbito das sociedades civis nacionais são as dificuldades enfrentadas pelo Conselho de Movimentos Sociais da iniciativa. Este conselho foi criado com o objetivo de permitir a participação popular, por meio da sociedade civil de todos os países da América Latina, na Aliança Bolivariana. A ideia era trazer as reivindicações dos movimentos sociais para dentro da ALBA para que estes pudessem contribuir com o processo de transformação da América Latina. Este conselho reuniu-se apenas quatro vezes desde sua criação em 2007. Dessas, os primeiros dois encontros foram simbólicos, pois representaram a proposta de criação e a formalização do conselho¹³.

Por não ser formado por membros dos governos dos países-membros e por necessitar de maior articulação para a sua composição, o Conselho dos Movimentos Sociais é o órgão da Aliança Bolivariana quem tido maior dificuldade para se concretizar. Recentemente, em visita ao Brasil, o atual presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, prometeu tentar fomentar a articulação dos movimentos sociais da Aliança Bolivariana por meio da criação de uma escola de formação e treinamento na cidade

de Caracas¹⁴. Assim, percebe-se que mesmo dentro de um bloco que se propõe anti-estatocêntrico, a presença da sociedade civil e de suas reivindicações tem tido dificuldade para se consolidar.

Outro ponto diz respeito à institucionalização e funcionamento da Aliança Bolivariana. É interessante notar que a maior parte da estrutura da iniciativa se encontra na República Bolivariana da Venezuela. A Coordenação Permanente/Secretaria Executiva da ALBA –, que se encontra localizada no *Ministerio del Poder Popular para las Relaciones Exteriores* da Venezuela, é de grande importância, pois é responsável pela administração da Aliança Bolivariana e pela execução da maior parte dos Acordos assinados – inclusive a direção da Petrocaribe e do Banco ALBA. Além disso, é responsável pela organização dos encontros dos conselhos, comitês, comissões e grupos de trabalho, além da relação entre a Aliança Bolivariana e os órgãos nacionais dos países membros e na construção e aprovação do orçamento da ALBA. À Coordenação Permanente, ligam-se as coordenações nacionais dos Ministérios de Relações Exteriores da cada país-membro. Da mesma forma, à Secretaria Executiva, ligam-se as secretarias de coordenação nacional. (ALBA, 2009)

Esta Coordenação foi criada antes do documento de 2009 que estabelece a estrutura da Aliança Bolivariana (ALBA, 2009d). Percebe-se, portanto, que a sua localização não foi definida por um Acordo entre os membros, mas pela liderança da Venezuela. Dessa forma, fica clara a centralização da iniciativa em um único país. Ao se considerar, ainda, que a Venezuela concentra a execução de todos os Acordos energéticos da iniciativa, pode-se perceber o baixo índice de institucionalização da iniciativa nos demais países membros.

4 Fragilidade Institucional do Bloco

Parece claro que, devido à proeminência e liderança da Venezuela, uma derrota do chavismo, que levasse ao poder um candidato da oposição, provavelmente significaria o fim da Aliança Bolivariana. O principal candidato da oposição nas últimas eleições venezuelanas ocorridas

¹³ Segundo consta na página eletrônica da Aliança Bolivariana para os povos da nossa América, o encontro do Conselho de Movimentos Sociais que estava agendado para ocorrer nos dias 09 e 10 de maio de 2013, em La Paz, na Bolívia. Este encontro acabou sendo suspenso devido ao falecimento de Hugo Chávez Frias e a necessidade de novas eleições presidenciais na Venezuela. Atualmente, encontra-se sem data definida para ocorrer. Informações disponíveis em: <<http://www.alba-tcp.org/contenido/consejo-de-movimientos-sociales-0>>. Acesso em: 05 maio 2013.

¹⁴ Afirmação feita durante encontro realizado entre Nicolás Maduro e representantes de movimentos sociais e intelectuais brasileiros no espaço Darcy Ribeiro – Universidade de Brasília, no dia 09 de maio de 2013.

em abril de 2013, Henrique Capriles afirmou, repetidas vezes, que, se eleito, poria fim aos Acordos Energéticos do governo bolivariano – vistos pela oposição venezuelana como populismo petrolero e desperdício das riquezas nacionais (EL NUEVO HERALD, 2012; GLOBOVISIÓN, 2013). Dessa forma, a manutenção e aprofundamento da Aliança Bolivariana, no contexto atual, dependem da manutenção e do aprofundamento de uma pedagogia política que consiga construir um consenso entre governo e oposição, tornando possível que a ALBA sobreviva como um modelo de integração latino-americana para além dos governos que ocupam o poder.

No caso da Bolívia, o governo de Morales, não obstante o apoio inicial das massas indígenas, tem tido grande dificuldade para se consolidar. Por um lado, as classes médias e altas, por tanto tempo instaladas no poder, veem com grande desconfiança os programas do MAS e não apoiam o processo transformador. Por outro, Morales tem perdido apoio de setores dos movimentos sociais que o acusam de não fazer o suficiente e de ter se instalado na burocracia do Estado para seguir na presidência. Como afirma Aldo Duran Gil, “[...] existe um jogo de múltiplas pressões políticas para bloquear, neutralizar ou modificar a ações do governo Morales, fazendo-o retroceder” (DURAN GIL, 2008, p. 60-61).

Por outro lado, as massas populares que dão sustentação ao MAS possuem reivindicações que estão acima de questões ideológicas – ou seja, grande parte da população está preocupada com a satisfação de suas necessidades básicas e não com o caráter socialista da política de Morales. Assim, ainda que o país tenha logrado melhoras, - a Bolívia deixou, em 2009, de ser o país mais pobre da América do Sul após duplicar o seu Produto Interno Bruto em apenas quatro anos – Evo Morales enfrenta dificuldades políticas notáveis de múltiplos setores da sociedade boliviana, inclusive dos indígenas (GARCÍA, 2009). Em relação à Alternativa Bolivariana, Morales juntou-se à iniciativa logo após ser eleito presidente, mas a adesão do país gerou protestos nacional e internacionalmente. Não obstante os protestos, Morales soube utilizar a ALBA para a defesa de seu governo e de suas políticas internas. No entanto, a Aliança Bolivariana na Bolívia está associada à figura de Morales e a nada mais. Nesse sentido, o peso da iniciativa no país é limitado. Os tratados da ALBA foram ratificados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado do país, ambos de maioria

do MAS, em um processo rápido e sem grandes debates internos. Nesse sentido, a Aliança Bolivariana não está internalizada nem no seio da sociedade civil e nem nos setores produtivos. Uma mudança de governo poderia, facilmente, levar à retirada do país da iniciativa.

No caso do Equador, os candidatos da oposição, que concorreram contra Rafael Correa nas eleições realizadas em fevereiro de 2013, afirmaram que, caso chegassem à presidência, retirariam o país da Aliança Bolivariana. Lucio Gutiérrez, que foi presidente do Equador antes de Correa, afirmou, à época, que a ALBA era um “*club ideológico*” “*chistoso*”: “*El ALBA es un club ideológico y Ecuador está harto de que vengan países extranjeros a imponernos la ideología*” (EL COMERCIO, 2013). Rafael Correa, que enfrentou forte oposição interna ao seu programa de inspiração socialista, logrou, no entanto, ser reeleito com 74% dos votos e deve permanecer no poder até 2017.

Em 2010, Correa passou uma onda de protestos violentos classificados como tentativa de golpe de Estado por grande parte dos atores na América Latina – incluindo a ALBA e a Unasul. Nessa ocasião, o congresso e o aeroporto nacional chegaram a ser invadidos e ocupados pelos opositoristas. As Forças Armadas do país se dividiram entre apoiadores e opositores. Correa teve de ser resgatado de um hospital por forças leais ao presidente, que trocaram tiros com os opositoristas. Correa acusou o antigo presidente de planejar seu assassinato e de estar coordenando as ações do golpe de Estado nos bastidores.

Nesse contexto, a Alternativa Bolivariana saiu em defesa de Correa e se movimentou para que houvesse uma condenação regional do incidente. Rafael Correa saiu da tentativa de golpe com sua popularidade elevada. Ao longo dos anos, Correa conseguiu ser o único presidente do Equador a manter sua popularidade acima de 50% por seis anos seguidos (AYALA, 2013). Em grande parte, a popularidade de Correa se deve ao sucesso de seus programas de combate à pobreza, de educação e saúde, além dos numerosos investimentos feitos na área de infraestrutura. Ao saber de sua reeleição, em fevereiro de 2013, Correa afirmou: “*Esta revolución no la para nada ni nadie, estamos haciendo historia. Estamos construyendo la patria chica y la patria grande* (Latinoamérica)” (SAMANIEGO, 2013).

Embora o Equador, sob a presidência de Correa, se coloque como uma importante base de sustentação da

ALBA, em relação ao objetivo da iniciativa – o estabelecimento do socialismo como base para a integração latino-americana – o país não representa um modelo de revolução a ser seguido, tal como a Venezuela o faz para os demais países-membros, pois a revolução cidadã de Correa, embora de inspiração socialista, não têm buscado formar uma contra-hegemonia para a implantação de um modelo socialista no país. Também no Equador, a Aliança Bolivariana se sustenta na figura presidencial de Rafael Correa. No futuro, caso haja uma mudança de governo e a oposição voltar a assumir a presidência, é provável que a Aliança Bolivariana seja abandonada, como se pode perceber pela posição dos demais candidatos às eleições passadas.

A Nicarágua foi o quarto país e o primeiro da América Central a somar-se à Aliança Bolivariana. Depois de 17 anos de governos do Partido Liberal, o país voltou a ser governado por Ortega, da Frente Sandinista de Libertação Nacional, FSLN. Este partido governara o país entre 1979 e 1990 e implantara um programa revolucionário socialista. Em 1990, foi derrotado em eleições realizadas em um cenário de crise. Não foram poucas as acusações de que os chamados “contrários”, forças de oposição ligados a atores externos, haviam sido responsáveis pela desestabilização do governo da FSLN. A adesão se deu logo após a eleição de Daniel Ortega, em 2006. Ela foi, na realidade, uma das primeiras ações do novo presidente. A relação do país com a Aliança Bolivariana é bastante interessante, pois a cooperação começou antes mesmo de sua adesão ao Bloco, com a assinatura de um convênio para o fornecimento de petróleo e combustível. Ortega, à frente de um novo esforço revolucionário e tendo que lidar com a situação de pobreza do país, buscou na relação com a Aliança Bolivariana os meios materiais que o permitissem desenvolver sua política de inspiração socialista.

Por meio da cooperação com a ALBA, muito devido à cooperação bilateral com a Venezuela, o país logrou ter acesso a fertilizantes e combustíveis a preços mais baixos, foram instaladas plantas de geração de energia para enfrentar a grave situação de deficiência energética do país – à época da adesão, o país passava por apagões quase que diários e parte do transporte público não circulava por falta de combustível (CAPELAN, 2010). O país se beneficiou, também, com a cooperação na área da saúde – a Nicarágua contava com menos de 100 oftalmologistas quando se instalou no país a *Misión Milagro* que realizou inúmeras cirurgias de catarata e ofereceu suporte à educação básica

e à segurança alimentar. Além disso, o comércio, majoritariamente de produtos agrícolas do país com a Venezuela alcançou US\$ 110 milhões, em 2009 (CAPELAN, 2010).

Ortega buscou, também, na Aliança Bolivariana, uma fonte de sustentação política para o seu modelo de inspiração socialista. Depois da derrota da FSLN, na década de 1990, houve uma série de rupturas internas em seu Partido. Ainda que Ortega tenha conseguido defender sua posição de líder, houve setores que criticaram sua política e acusaram-no de haver se tornado mais conservador e de ter buscado alianças com forças conservadoras, como a Igreja. Uma preocupação presente nos discursos de Ortega é a influência dos Estados Unidos na região e a histórica interferência americana nos assuntos do país. Assim, Ortega buscou, com a adesão à Aliança Bolivariana, mostrar seu compromisso com o socialismo e se afastar dos Estados Unidos. Para a Nicarágua, portanto, a Aliança Bolivariana tem sido uma fonte de suporte tanto material quanto ideológica.

No que diz respeito ao papel da Nicarágua na Aliança Bolivariana, percebe-se que a segunda tem mais peso para a primeira do que o oposto. A Nicarágua é importante para a Aliança Bolivariana no sentido de que é um país de inspiração socialista na América Central que tem um histórico revolucionário. No entanto, o apoio do país só é relevante dentro do grupo. O país, por si, só não representa uma base de sustentação forte. Em primeiro lugar, a Nicarágua não possui grande capacidade de influir regionalmente e, em segundo lugar, o país também enfrenta problemas internos. Ainda que o país apresente uma contra-hegemonia e que parte da sociedade já tenha internalizado as diretrizes políticas do socialismo, as instituições públicas no país são, como em grande parte da América Latina, frágeis e o governo vive sob a sombra da possibilidade de um golpe de Estado. As últimas eleições no país foram marcadas por contestações e pela violência. Em 2008, nas eleições municipais que deram a vitória à FSLN, a oposição acusou o governo de Ortega de ter fraudado o pleito eleitoral e buscou anulá-lo. Na ocasião, grupos partidários do governo e da oposição chegaram a se enfrentar nas ruas de Manágua (IDOETA, 2008, p. 1-2). Em 2011, após as eleições que deram a Ortega a reeleição, os protestos violentos deixaram mortos e feridos e levaram o país, mais uma vez, à instabilidade (ISTOÉDINHEIRO, 2011). À época, a Organização dos Estados Americanos, OEA, criticou a falta de observadores nas eleições no país,

o que gerou uma onda de protestos por parte da esquerda latino-americana e pedidos de realização de novas eleições pela oposição (IDOETA, 2008, p.1-2).

O caso da Nicarágua é interessante, já que a Aliança Bolivariana parece ter tido uma importância maior para o país do que teve para a Bolívia e para o Equador. É ainda mais interessante porque, no que diz respeito às características geográficas, sociais, econômicas e culturais, o país guarda semelhanças com Honduras, país com que faz fronteira. No entanto, a adesão à Aliança Bolivariana teve um efeito bastante diferente nos dois países. Na Nicarágua, embora não isenta de controvérsias e conflitos, a adesão se sustentou e a cooperação em diversas áreas obteve resultados. Em Honduras, a adesão à iniciativa foi um dos fatores que levou ao golpe de Estado que retirou Manuel Zelaya da presidência.

A entrada de Honduras na Aliança Bolivariana causou bastante desconforto na oposição política e até nos membros do Partido Liberal de Honduras, de Zelaya. Manuel Zelaya foi eleito presidente, em 2005, por um partido considerado de centro-direita e logo começou a adotar políticas sociais consideradas de esquerda. Adotou um discurso de oposição à política estadunidense, à mídia privada e ao empresariado do país – o que levou à oposição ao seu governo. No final de 2007, Zelaya realizou uma turnê diplomática e se encontrou com Daniel Ortega e Hugo Chávez e demonstrou interesse em aderir à Alternativa Bolivariana (MURILLO, 2008).

No início de 2008, Zelaya buscou uma aproximação com a Venezuela para aderir à iniciativa da Petrocaribe. Após um demorado e conturbado processo de ratificação pelo Congresso Nacional, Honduras somou-se a esse Acordo energético. Na prática, o Acordo significava que a Venezuela venderia petróleo e combustíveis para Honduras a prazo – 60% do valor seriam pagos em três meses e os demais 40% seriam pagos em um prazo de 25 anos com juros de 1% (ORTIZ DE ZÁTARE, 2011, p. 8). O capital economizado seria utilizado para formar um fundo de investimento social. Segundo a biografia de Zelaya apresentada pelo *Barcelona Center for International Affaris*, editada por Roberto Ortiz de Zárate:

Petrocaribe ofrecía a Honduras productos de refinación baratos y con amplias facilidades de pago, mediante financiaciones muy ventajosas e incluso fórmulas de trueque mercantil, de manera que el país centroamericano podría abonar una parte importante de la factura del hidrocarburo

con productos agrícolas (ORTIZ DE ZÁTARE, 2011, p. 8).

A entrada do país na Petrocaribe foi vista de forma díspare. A oposição afirmou que o Acordo levaria ao endividamento do país e à corrupção no manejo do fundo criado. No entanto, as vantagens econômicas levaram o Congresso, já majoritariamente contrários às políticas de Zelaya, a aprovar o Acordo (ORTIZ DE ZÁTARE, 2011, p. 9). Em agosto do mesmo ano, Zelaya assinou o documento de Adesão de Honduras à Alternativa Bolivariana, que não estipulou compromissos, institucionalidade ou marco legal para a sua execução (ALBA, 2008a).

Durante os anos de 2008 e 2009, Zelaya viu crescer substancialmente a oposição ao seu governo. As políticas de esquerda, somada à adesão à Aliança Bolivariana, entre outros fatores, fizeram com que Zelaya perdesse o apoio de seu partido. A falta de apoio político se somou à oposição da mídia, dos setores empresariais e dos partidos de oposição.

Alguns meses antes do golpe de Estado que o retirou do poder, Zelaya havia começado a fazer campanha para a realização de um referendo para decidir sobre a criação de uma Assembleia Constituinte. Um dos pontos que a nova constituição deveria abordar era o da possibilidade de reeleição para presidente (ORTIZ DE ZÁTARE, 2011, p. 12). As forças contrárias a Zelaya acusaram o presidente de querer se perpetuar no poder e entraram com um processo no Ministério da Justiça para julgar se o presidente havia violado a Constituição ao estabelecer a realização do referendo e se gozava de estabilidade mental. Zelaya afirmou que a investigação era absurda e ameaçou destituir o presidente da Câmara dos Deputados (ORTIZ DE ZÁTARE, 2011, p. 13-14). A crise política aumentou quando, em junho de 2009, o então presidente ameaçou destituir de seu cargo o Chefe de Estado Maior Conjunto de Honduras. Essa medida causou a renúncia do Ministro de Defesa e dos Chefes dos três ramos das Forças Armadas (EL MUNDO, 2009).

Um dia antes da data marcada para a realização do referendo, Zelaya foi retirado de sua casa por um grupo de militares cumprindo ordem judicial de prisão emitida pelo Superior Tribunal de Justiça (ORTIZ DE ZÁTARE, 2011). O então presidente, sem ter direito a julgamento, foi colocado em um avião com destino à Costa Rica. A deportação de Zelaya foi rapidamente considerada um Golpe de Estado por toda a comunidade internacional, que não reconhe-

ceu o novo governo (ORTIZ DE ZÁTARE, 2011, p. 15-16).

A participação de Honduras na ALBA durou pouco tempo – de agosto de 2008 a janeiro de 2010. O processo de retirada do país iniciou-se em novembro de 2009, cerca de cinco meses após o golpe de Estado. O novo governo de Honduras justificou a retirada da Aliança Bolivariana com a afirmação de que esta era um instrumento de doutrinação ideológica e de interferência de Hugo Chávez e Fidel Castro no país (SUGGETT, 2010).

Em relação ao caso de Honduras, é interessante notar que Zelaya fora eleito por um Partido Liberal, cuja plataforma política não incluía nenhum programa revolucionário, ou seja, o povo que o elegeu não votou por ideias socialistas. O país tampouco possuía histórico de luta revolucionária, pelo contrário. Durante as guerras civis na Nicarágua e em El Salvador, em que guerrilhas de inspiração socialistas buscavam chegar ao poder, Honduras serviu de base para os movimentos contrarrevolucionários, tendo em vista que o país, durante a década de 1980, manteve relações estreitas com o governo estadunidense que buscava frear a ação das guerrilhas de inspiração socialista e soviética na região (ORTIZ DE ZÁTARE, 2011, p. 12). Na década de 1990, o país, em consonância com o que se passava no restante da América Latina, adotou políticas de cunho neoliberal. Nos primeiros anos do século XXI, o país foi governado pelo empresário Ricardo Maduro do Partido Nacional. Dessa forma, quando Zelaya assumiu a presidência, não havia indicações de que adotaria um posicionamento de esquerda e que se declararia partidário dos ideais da Aliança Bolivariana.

Diante do exposto, fica claro como a adesão à Aliança Bolivariana e aos seus princípios, realizada de forma unilateral por um mandatário, em um país em que não há uma crise orgânica e uma contra-hegemonia formada, em que o socialismo não está disseminado e a população não passou por um processo revolucionário não encontra sustentação e pode levar à destituição do responsável pela adesão do poder. É bem verdade que outras questões estiveram relacionadas ao golpe de Estado contra Zelaya, incluindo as constantes denúncias de corrupção contra o mandatário. No entanto, é importante perceber a grande influência que a relação com a Aliança Bolivariana teve nesse processo.

O golpe de Estado em Honduras e a retirada deste da Aliança Bolivariana representou um importante ponto

de inflexão para a iniciativa. Até então, a ALBA havia logrado incorporar novos membros de forma plena e contava com observadores que poderiam se somar à iniciativa no futuro. Após o golpe, membros potenciais como El Salvador e Paraguai se afastaram da Aliança. Apenas em 2012, Haiti, Suriname e St. Lucia tornam-se convidados especiais, atraídos pelos Acordos de cooperação com a Venezuela.

O caso de El Salvador é emblemático. O país possui um histórico de guerrilhas revolucionárias semelhantes ao da Nicarágua. Em 2009, a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional, FMLN, que reuniu vários movimentos de guerrilha em um partido, venceu as eleições presidenciais no país. Logo, passou-se a especular internacionalmente acerca da possibilidade desse país se somar à Aliança Bolivariana. O Ministro de Educação e o Vice Presidente do país chegaram a afirmar que uma adesão de El Salvador seria o caminho natural e o FMLN apoiou a ideia. No entanto, em dezembro de 2009, alguns meses após o golpe que retirou Zelaya do poder, o presidente Mauricio Funes descartou a adesão e optou por manter as linhas tradicionais de política externa do país (LA PRENSA, 2009).

5 Considerações Finais

Pode-se compreender que a adesão à Aliança Bolivariana vem acompanhada de um alto preço político pago pelos Chefes de Estado e Governo dos países-membros – excluindo Cuba, em que não há espaço para a contestação da iniciativa. Em todos os principais países do bloco, Venezuela, Bolívia, Equador e Nicarágua as forças de oposição se colocaram contra a iniciativa e afirmaram que, caso cheguem ao poder, se retirarão da ALBA. Essa fragilidade da adesão pode ser explicada pelo fato de que ela se dá pela vontade do mandatário e/ou do partido que ocupa o poder naquele momento. A adesão à Aliança Bolivariana não se deu, em nenhum dos países, pela ampla vontade popular. Isto porque, na maior parte desses países, não houve um debate interno acerca do papel desses na iniciativa e no modelo de integração regional proposto. Assim, como não houve uma internacionalização da Aliança Bolivariana e como a maior parte das populações nos países-membros não chegou ao estágio de adesão voluntária ao socialismo, a Aliança Bolivariana não encontra uma fonte de sustentação forte e estável.

Ainda que a Aliança Bolivariana possa atuar internacionalmente no sentido de estabelecer uma nova lógica

de relacionamento entre os países da América Latina e, dessa forma criar um novo sistema regional – cujo baluarte seria o ideal socialista –, ela precisa contar com uma base sólida de sustentação interna nos países-membros, que, no momento, ela não possui. Dessa forma, a Aliança Bolivariana não tem avançado porque a iniciativa não conta com o respaldo da sociedade civil. De fato, desde 2009, não houve grandes avanços na iniciativa, que tem tido dificuldades para atuar regionalmente. Por esses motivos, a iniciativa se encontra em um cenário de incerteza. A iniciativa afirma que seu compromisso é, acima de tudo, com os povos latino-americanos. Estes, no entanto, não se relacionam com a Aliança Bolivariana e não a internalizaram como algo que os pertence.

O fato de que a ampliação da Aliança Bolivariana se deu pela vontade política de mandatários da região fragiliza a iniciativa, pois identificou o bloco com a figura dos chefes de Estado e não com a sociedade latino-americana.

No futuro próximo, será interessante ver qual caminho a Aliança Bolivariana seguirá. Um importante elemento será a vontade política da República Bolivariana da Venezuela, principal força que move a iniciativa. Este país ingressou, recentemente, no Mercosul, principal bloco comercial da região. Logo após eleito, o novo presidente do país bolivariano optou por realizar uma turnê pelos países do Cone-Sul e afirmou, repetidas vezes, a importância do bloco para o futuro dos países-membros. Maduro indicou, ainda, a vontade de transformar o Mercosul em uma integração de caráter social e político. Isso pode indicar uma alteração nas prioridades da Venezuela. Se assim for, a Aliança Bolivariana deverá perder dinamismo e poderá se transformar em mais um dos inúmeros blocos que tentam, sem sucesso, integrar a América Latina.

Referências

ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMÉRICA. *Acuerdo de Cooperación Energética Petrocaribe*. Puerto La Cruz, 29 de junho de 2005b. Disponível em: <http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=232>. Acesso em: 04 maio 2013.

ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMÉRICA. *Acuerdo para la Aplicación de la Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América y el Tratado de Comercio de los Pueblos*. Havana, 26 e 27 de abril de 2006c. Disponível em: <http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=516>. Acesso em: 06 maio 2013.

ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMÉRICA. *Adhesión de Nicaragua al ALBA* – Prensa Presidencial. Managua, 11 de janeiro de 2007a. Disponível em: <http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=News&file=article&sid=1380>. Acesso em: 08 maio 2013.

ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMÉRICA. *Comunicado Conjunto*. Havana, 8 de maio de 2006b. Disponível em: <http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=515>. Acesso em: 06 maio 2013.

ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMÉRICA. *Comunicado Especial ante el Intento de Golpe de Estado en Ecuador*. 30 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=2102>. Acesso em: 15 maio 2013.

ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMÉRICA. *Comunicado Especial sobre Siria y Libia, 09 de setembro de 2011*. Disponível em: <http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=News&file=article&sid=7913>. Acesso em: 15 maio 2013.

ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMÉRICA. *Contribución y Suscripción de la República de Bolivia a la Declaración Conjunta Firmada en La Habana, el 14 de Diciembre de 2004, entre los Presidentes del Consejo de Estado de la República de Cuba y de la República Bolivariana de Venezuela*. Havana, 29 de abril de 2006a. Disponível em: <http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=514>. Acesso em: 06 maio 2013.

ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMÉRICA. *Declaración Conjunta entre el Presidente de la República Bolivariana de Venezuela y del Presidente del Consejo de Estado de la República de Cuba para la creación del ALBA*. Havana, 14 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=2060>. Acesso em: 01 maio 2013.

ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMÉRICA. *Declaración Final de la Primera Reunión Cuba-Venezuela para la Aplicación de la Alternativa Bolivariana para las Américas*. Havana, 28 de abril de 2005a. Disponível em: <<http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=231>>. Acesso em: 01 maio 2013

ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMÉRICA. *Declaración Política de la V Cumbre de la Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América*. Tintorero, 29 de abril de 2007b. Disponível em: <<http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=News&file=article&sid=1801>>. Acesso em: 08 maio 2013.

ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMÉRICA. *Declaración de Adhesión de la República de Honduras a la Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América, 25 de agosto de 2008a*. Disponível em: <<http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=1969>>. Acesso em: 11 maio 2013.

ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMÉRICA. *Declaración de la III Cumbre Extraordinaria de Jefes de Estado y de Gobierno de la Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América – Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TCP)*. Caracas, 26 de novembro de 2008b. Disponível em: <<http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=1974>>. Acesso em: 11 maio 2013.

ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMÉRICA. *Declaración de la V Cumbre Extraordinaria de Jefes de Estado y de Gobierno de la Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América – Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TCP)*. Cumaná, 16 e 17 de abril de 2009a. Disponível em: <<http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=News&file=article&sid=4277>>. Acesso em: 11 maio 2013.

ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMÉRICA. *Declaración de la VI Cumbre Extraordinaria del ALBA – TPC*. Maracay, Estado Aragua, 24 de junho de 2009b. Disponível em: <<http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=1984>>. Acesso em: 13 maio 2013.

ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMÉRICA. *Special Declaration on Honduras and Its Legitimate Government*. Chocabamba, 17 de outubro de 2009c. Disponível em: <<http://www.alba-tcp.org/en/contenido/declaration-honduras-support-its-legitimate-government>>. Acesso em: 15 maio 2013.

ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMÉRICA. *Structure and Functioning of ALBA-TCP*. VIII Summit of ALBA. Havana, 13 e 14 de dezembro de 2009d. Disponível em: <<http://www.alba-tcp.org/en/contenido/structure-and-functioning-alba-tcp-viii-summit>>. Acesso em: 01 maio 2013.

ALTERNATIVA para negociações da Alba, Sucre não vinga. Cartola - Agência de Conteúdo. Portal Terra. 18 de Julho de 2012. Disponível em: <<http://economia.terra.com.br/alternativa-para-negociacoes-da-alba-sucre-nao-vinga,2118885ca376b310VgnCLD200000bbcceb0aRCD.html>>. Acesso em: 12 maio 2013.

AYALA SAMANIEGO, Maggy. *‘Esta revolución no la para nada ni nadie’*: Rafael Correa. El Tiempo, 17 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://m.eltiempo.com/mundo/latinoamerica/elecciones-ecuador-2013-reeleccin-de-rafael-correa/12601202>>. Acesso em: 12 maio 2013.

AYERBE, Luis Fernando (Org.). *Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul*. São Paulo: UNESP - Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP, Unicamp e PUC-SP, 2008.

BARROS, Laura. *La ALBA de Chávez, en la incertidumbre*. Prensa Libre, 05 de março de 2013. Disponível em: <http://www.diariolibre.com/hugochavez/2013/03/05/i374006_alba-chavez-incertidumbre.html>. Acesso em: 11 maio 2013.

BENZI, Daniela. ¿En la hora de las definiciones? Una aproximación al ALBA al atardecer del neoliberalismo. Iberofórum; *Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Iberoamericana*, Ciudad Del México, ano 5, n. 10. Jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.uia.mx/iberoforum/10/pdf/4DANIELE_BENZI_IBEROFORUM.pdf> Acesso em: 01 maio 2012.

CAMPIONE, Daniel. *Antonio Gramsci, Orientaciones Introductorias para su Estudio*. Buenos Aires: Rebelión, 2005. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/docs/13842.pdf>> .Acesso em: 23 out. 2012.

CAPELAN, Jorge. *La decisión estratégica más importante del Frente Sandinista en el siglo XXI*. Rebellion: Nacional y Reción Centro Americana, 30 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=106973>>. Acesso em: 10 maio 2013.

CAPRILES dice que de ganar elecciones Venezuela no abandonará ALBA. El Nuevo Herald, 25 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://www.elnuevoherald.com/2012/09/25/1308107/capriles-dice-que-de-ganar-elecciones.html>>. Acesso em: 01 maio 2013.

CAPRILES: Ese “grupito” no nos está gobernando, nos está destruyendo. Globovisión, Nacionales, 19 de março de 2013. Disponível em: <<http://globovision.com/articulo/capriles-llega-al-estado-anzoategui-para-recorrer-el-tigre>>. Acesso em: 01 maio 2013.

CARMO, Marcia. *Integração regional idealizada por Chávez fracassou, dizem analistas*. BBC Brasil. Buenos Aires, 11 de março, 2013. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/03/130308_integracao_latina_chavez_jp_mc.shtml>. Acesso em: 14 maio 2010.

CHÁVEZ FRIAS, Hugo Rafael. *Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América - El ALBA es soberanía, es liberación*. Mar del Plata, novembro de 2005. Disponível em: <http://www.alianzabolivariana.org/que_es_el_alba.php>. Acesso em: 28 mar. 2013.

CHÁVEZ FRIAS, Hugo Rafael. *Con el ALBA despiertan los pueblos*. Instalación de la VI Cumbre de la Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América, 25 de junho de 2009. Disponível em: <<http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=231>>. Acesso em: 01 maio 2013.

CHÁVEZ FRIAS, Hugo Rafael. *Con el ALBA despiertan los pueblos*. Instalación de la VI Cumbre de la Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América. Caracas, 24 de janeiro de 2008b. Disponível em: <<http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=2069>>. Acesso em: 09 maio 2013.

CHÁVEZ FRIAS, Hugo Rafael. *Discurso de Hugo Chávez com motivo de la Concentración Bolivariana Antiimperialista*. Caracas, 04 de junho de 2007c. Disponível em: <<http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=News&file=print&sid=1959>>. Acesso em: 12 maio 2013.

CHÁVEZ FRIAS, Hugo Rafael. *Discurso del Presidente Hugo Chávez - Clausura de la VI Cumbre del ALBA*. Caracas, 26 de janeiro de 2008a. Disponível em: <<http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=2068>>. Acesso em: 10 maio 2013.

DEP: Diplomacia, Estratégia e Política. n. 06, abril/junho 2007. Brasília: Projeto Raúl Prebisch, 2007.

DIETERICH, Heinz; PETERS, Arno; STAMMER, Carsten. *Fim do capitalismo global: o novo projeto histórico*. São Paulo: Xamã, 1998.

DURAN GIL, Aldo. Bolívia e Equador no contexto atual. In: AYERBE, Luis Fernando. (Org.). *Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul*. São Paulo: UNESP - Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP, Unicamp e PUC-SP, 2008.

EL NUEVO DIARIO. *Asamblea nacional ratifica el ALBA*. Edición 9562: Managua, 27 de março de 2007. Disponível em: <<http://impreso.elnuevodiario.com.ni/2007/03/27/politica/44876>>. Acesso em: 01 maio 2013.

EL NUEVO DIARIO. PDVSA y 53 Alcades forman la Alba Petróleos Nicaragua. Edición 9229: Managua, 26 de Abril de 2006. Disponível em: <http://impreso.elnuevodiario.com.ni/2006/04/26/politica/18035>>. Acesso em: 15 maio 2013.

EL NUEVO DIARIO. PDVSA y 53 alcades forman la Alba Petróleos Nicaragua. Edición 9229. Managua, - 26 de Abril de 2006. Disponível em: <<http://impreso.elnuevodiario.com.ni/2006/04/26/politica/18035>>. Acesso em: 15 maio 2013.

EVO Morales insta a “erradicar el capitalismo” para salvar el planeta. El País, archivo Latino América, 22 de abril de 2008. Disponível em <http://internacional.elpais.com/internacional/2008/04/22/actualidad/1208815203_850215.html>. Acesso em: 11 maio 2013.

GARCÍA, Eduardo; RAMÍREZ, Silene. Bolívia deixou de ser país mais pobre da América do Sul. Estadão, Internacional, 05 de dezembro de 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,bolivia-deixou-de-ser-pais-mais-pobre-da-america-do-sul-ministro,477340,0.htm>>. Acesso em: 10 maio 2013.

GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. (Org.) *Teoria social hoje*. São Paulo: UNESP, 1999.

GILL, Stephen. *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la Cárcel. Tomo IV*. Edición crítica del Instituto Gramsci a cargo de Valentino Gerratana. México: Ed. Era, 1986. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/27807689/Gramsci-Cuadernos-de-la-carcel-tomo-4>>. Acesso em: 23 out. 2012

GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la Cárcel. Tomo V*. Edición crítica del Instituto Gramsci a cargo de Valentino Gerratana. México: Ed. Era, 1999. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/63461733/Gramsci-Antonio-Cuadernos-de-La-Carcel-Tomo-5-OCR>>. Acesso em: 23 out. 2012.

IDOETA, Paula Adamo. Eleição desencadeia violência na Nicarágua. Folha de S. Paulo. São Paulo, terça-feira, 18 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1811200807.htm>>. Acesso em: 16 maio 2013.

ILLERA, Olga. *La Política Exterior de Chávez: Proyección de la Revolución Bolivariana en las Relaciones Internacionales*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2005. Disponível em: <<http://revistas.urosario.edu.co/index.php/desafios/article/view/678>>. Acesso em: 17 maio 2013.

INTERCAMBIO comercial de Venezuela com ALBA supera los US\$22 mil millones. Correo del Orinoco, 25 abril 2011. Disponível em: <<http://www.bancodelalba.org/intercambio-comercial-de-venezuela-con-alba-supera-los-us-22-mil-millones.html>>. Acesso em: 11 maio 2013

LANGUE, Frédérique. Petróleo y Revolución en las Américas – Las estrategias bolivarianas de Hugo Chávez. *Revista Venezolana de Ciencia Política*, n. 29. janeiro-junho de 2006. Disponível em: <http://www.flacsoandes.org/internacional/publi_acade/venezuela/03langue_frederique.pdf>. Acesso em: 04 maio 2013.

LE CALVEZ, Marc. *La Integración Energética en la Región Latinoamericana desde la Perspectiva Bolivariana: Estudios de sus Fundamentos, Procesos y Necesidades*. Quito: Facultad Latino Americana de Ciencias Sociales, 2008. Disponível em: <http://www.flacsoandes.org/web/imagesFTP/8783.5468.WP_010_LeCalvez.pdf>. Acesso em: 13 maio 2013.

LUCIO Gutierrez: Ecuador debe abandonar la ALBA porque es um club chistoso. Disponível em: <http://www.elcomercio.com/politica/Lucio-Gutierrez-Ecuador-abandonar-ALBA-elecciones-Ecuador_0_847115430.html>. Acesso em: 15 mar. 2013.

MAURICIO Funes descarta adhesión a la Alba. La Prensa, Internacionales, 09 de dezembro de 2009. Disponível em: <<http://archivo.laprensa.hn/Ediciones/2009/12/10/Noticias/Mauricio-Funes-descarta-adhesion-a-la-Alba>>. Acesso em: 15 maio 2013.

MORALES MANZUR, Juan Carlos; MORALES GARCÍA, Lucrécia. Origen y Naturaleza de la Alternativa Bolivariana para las Américas. *POLIS*, Cidade do México, v. 3, n. 1, 2007.

MURILLO, Álvaro. Honduras ‘se convierte’ al ALBA. El País, San José, 26 de Agosto de 2008. Disponível em: <http://internacional.elpais.com/internacional/2008/08/26/actualidad/1219701603_850215.html>. Acesso em: 15 maio 2013.

ORTIZ DE ZÁRATE, Roberto. *Manuel Zelaya Rosales - Biografía de Líderes Políticos*. Bracelona: Barcelona Center for International Affaris, 6 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.cidob.org/es/documentacion/biografias_lideres_politicos/america_central_y_caribe/honduras/manuel_zelaya_rosales>. Acesso em: 11 maio 2013.

PARRA-BERNAL, Guillermo. *Bolivia Riots, Looting Leave Three Dead, 130 Injured, Efe Says*. Bloomberg, São Paulo, 26 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.bloomberg.com/apps/news?pid=newsarchive&sid=agjO5uOFzWs0&refer=latin_america>. Acesso em: 01 maio 2013.

REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan. (Org.) *The Oxford Handbook of International Relations*. Nova York: Oxford University Press, 2008.

ROSA, Renata de Melo; DOMÍNGUEZ AVILA, Carlos Federico. (Org.) *América Latina no Labirinto Global: economia, política e segurança*. 2. ed. Curitiba: Editora CRV, 2012.

SANZ, Rodolfo. A 17% llega intercambio comercial entre países del Alba con el Sucre. Correo del Orinoco, 18 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.correodelorinoco.gob.ve/multipolaridad/a-17-llega-intercambio-comercial-entre-paises-alba-sucre/>>. Acesso em: 14 maio 2013.

SCHAVELZON, Salvador. *A assembleia constituinte da Bolívia: etnografia do nascimento de um estado plurinacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=199561>. Acesso em: 09 maio 2013.

SUGGETT, James. Honduras Withdraws from ALBA, El Salvador Won't Join Despite FMLN Support. Venezuela Analysis, 15 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://venezuelanalysis.com/news/5070>>. Acesso em: 13 maio 2013.

UCHOA, Pablo. *Países que recebem petróleo barato temem ficar órfãos de Chávez*. BBC Brasil, Washington, 16 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/01/130115_saude_chavez_pu.shtml>. Acesso em: 12 maio 2013.

V CÚPULA das Américas termina sem assinatura de Declaração. *Revista Pontes Quinzenal*, v.4, n. 7, abr. 2009. Disponível em: <<http://ictsd.org/i/news/pontesquinzenal/45650/>>. Acesso em: 13 maio 2013.

VÁSQUEZ, Wálter. *Bolivia exporta 11 veces más a países del Mercosur que al Alba*. *La Razón, Economía – Mercados*, La Paz, 28 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.la-razon.com/economia/Bolivia-exporta-paises-Mercosur-Alba_0_1769223078.html>. Acesso em: 11 maio 2013.

VENEZUELA ameaça usar força para tentar conter escassez de alimentos. *Folha Online*, 21 de janeiro de 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u365645.shtml>>. Acesso em: 10 maio 2013.

VIOLÊNCIA pós-eleitoral na Nicarágua deixa 4 mortos e 10 feridos. *IstoÉ Dinheiro, Economia*, 9 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/72543_VIOLENCIA+POSELEITORAL+NA+NICARAGUA+DEIXA+4+MORTOS+E+10+FERIDOS>. Acesso em: 15 maio 2013.

ZELAYA destituye al jefe de Estado Mayor y renuncia el ministro de Defensa. *El Mundo, Tegucigalpa*, 25 de junho de 2009. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com.mx/notas/607178.html>>. Acesso em: 14 maio 2013.